

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 054, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Altera a Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 1999.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica revogado o inciso I do art. 166 da Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 2016.

Art. 2º Fica reordenado o parágrafo único e incluído o §2º no art. 167 da Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 2016, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 167...

§1º A comissão terá como secretário, o servidor designado pelo Presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§2º Ficada vedada a participação na comissão processante o próprio denunciante, bem como do conjuge e parentes do denunciado.”

Art. 3º Ficam alterados os *caput's* dos arts. 165 e 171 da Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 165. O Sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do responsável, apresentando relatório a respeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogável por até igual período, a contar da data de expedição da Portaria que determinar a instauração da sindicância.

Art. 171. O prazo para a conclusão do processo não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição da Portaria que determinou a instauração do processo administrativo disciplinar, admitida a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem, e mediante a autorização da autoridade que determinou sua instauração.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 20 de outubro de 2016.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

VIVIAN REJANE MATTOS GARCIA
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº 054, de 20 de outubro de 2016, que: *"Altera a Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 1999."*

O projeto de Lei tem a finalidade de alterar algumas incongruências existentes na Lei Municipal nº 1.108/99, no que se refere a tramitação dos processos administrativos de sindicância e disciplinar, nos termos a seguir expostos.

O processo de sindicância tem em sua essência a apuração de determinada irregularidade administrativa, com a respectiva apuração do responsável. Na legislação municipal há a possibilidade de aplicar advertência e suspensão ao indiciado no processo de sindicância, não sendo respeitada a ampla defesa e o contraditório, garantias fundamentais constantes na Constituição Federal de 1988.

Portanto, se faz necessário revogar o inciso I do art. 166, oportunizando a ampla defesa do servidor no processo competente, qual seja: o processo administrativo disciplinar.

Ainda, estava ausente na legislação o marco inicial para a contagem dos prazos para a finalização do processo de sindicância e do processo administrativo disciplinar, o qual somente poderia ser a data de expedição da Portaria do Prefeito, o qual passará a constar.

Por fim, para dar total transparência aos procedimentos administrativos, a alteração proposta também visa incluir o §2º ao art. 167, para que fosse vedada a participação na comissão processante do próprio denunciante, bem como do conjuge e parentes do denunciado.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal